

Território e povoamento no termo de Lisboa entre o período muçulmano e 1321

Filipa Santos

CHUL – Universidade de Lisboa; IEM – Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Este estudo tem como principal objectivo conhecer o território da cidade de Lisboa entre os séculos IX e XIV. A escolha da cronologia prende-se com o facto de durante esta longa diacronia o termo da cidade ter conhecido diferentes dinâmicas de ocupação e povoamento, claramente marcadas pelas conjunturas políticas. Assim, o ano de 1147 é um dos marcos chave, pois permite perceber de que forma o povoamento e a ocupação do termo de Lisboa foi afectado pela conquista de Afonso Henriques.

Abstract

This study aims to know the Lisbon's territory between the 9th and 14th centuries. This chronology relates to the fact that during this time the territory experienced different dynamics of occupation and settlement clearly marked by political changes. The Christian conquest in 1147 is a significant chronological marker because it allows to understand how the settlement and occupation in this geographical area was affected.

A investigação que se propõe desenvolver tem como objectivos principais estudar a organização do território e os sistemas de povoamento, tanto muçulmano como cristão, existentes, primeiro no alfoz e depois no termo de Lisboa, numa longa diacronia que se inicia no período de domínio muçulmano da península de Lisboa e que termina no final do primeiro quartel do século XIV.

O espaço geográfico em questão corresponde à área envolvente da cidade de Lisboa, a que se convencionou chamar de «termo» que, antes de 1385, incluía um vasto espaço periurbano e rural que abrangia, *grosso modo*, a Estremadura Austral.¹ Quanto à cronologia adoptada, considerámos, como *terminus a quo*, o período da presença muçulmana na península de Lisboa e, como *terminus ad quem*, o final do reinado de D. Dinis (1325). A escolha do primeiro marco temporal justifica-se com a vontade de detectar a rede de povoamento preexistente ao tempo da conquista de Lisboa, em 1147, e assim compreender a existência de continuidades e/ou rupturas no processo de transição político-administrativo e socioeconómico deste espaço. Quanto ao segundo marco, foi definido pela necessidade de compreender a evolução das estruturas de povoamento durante aproximadamente os dois séculos subsequentes à «Reconquista», período durante o qual a maior parte das estruturas de povoamento no espaço em questão parece ter surgido, e que corresponde à afirmação da cidade de Lisboa interligada com o seu termo e como «cabeça do Reino». Fizemos coincidir o *terminus ad quem* com o final do reinado dionisino, apenas poucos anos volvidos sobre o inventário das igrejas do reino (1321), fonte da maior importância para o estudo que tencionamos levar a cabo.

¹ Referimo-nos aos lugares de Alcântara, Alcolena, Alfoz, Algés, Alhandra, Alpraiate, Alvalade, Alverca, Alvogas, Ameixoeira, Apelação, Arranhó, Arroios, Arruda, Azóia, Barcarena, Belas, Belém, Benfica, Bucelas, Calhariz, Calvana, Camarate, Campolide, Carnaxide, Carnide, Charneca, Chelas, Concha, Condado, Corredoura, Cortes, Fontoura, Frielas, Linda-a-Velha, Linha-a-Pastor, Loures, Lousa, Lumiar, Malapados, Marnotas, Marvila, Milharado, Monfelim, Montachique, Monte Agraço, Odivelas, Oeiras, Olivais, Palhavã, Pedrouços, Picoas, Portela, Queluz, Restelo, Ribamar, Sacavém, Santa Maria do Paraíso, Santiago dos Velhos, Santos, São João da Talha, São Lázaro, São Sebastião, Sapataria, Sete Rios, Telheiras, Tojal, Torre de Casinhos, Unhos, Vialonga e Xabregas. Vide A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas* (Lisboa: INIC, 1990), 55.

Assim, e tendo como objectivo principal perceber de que forma se organizava a rede de povoamento no termo de Lisboa na cronologia em estudo, procurar-se-á: antever os modelos de povoamento e territorialização durante a época de ocupação muçulmana; perceber os modelos de ocupação e organização do território durante o período subsequente à conquista de Lisboa; assim como a evolução do povoamento e da organização do território ao longo do século XIII até ao fim do reinado dionisino; e, ainda, identificar os sistemas de povoamento, muçulmanos ou cristãos.

A problemática da ocupação do espaço do aro periurbano e rural de Lisboa tem suscitado, ao longo do último século, vários estudos monográficos de desigual valor científico. A olisipografia tem-se focado sobretudo no estudo das paisagens estritamente urbanas, dentro do território do actual concelho de Lisboa, esquecendo assim os seus extensos limites periurbanos e rurais durante a ocupação muçulmana e durante toda a Idade Média. Assim, os trabalhos de Júlio de Castilho, Gomes de Brito, Freire de Oliveira, Gustavo de Matos Sequeira, Luís Pastor de Macedo, Ferreira de Andrade, Cordeiro de Sousa, Luís Chaves ou Norberto Araújo contribuíram sobretudo para o conhecimento da história do espaço urbano de Lisboa, deixando no olvido o vasto espaço periurbano e rural. Sobre este território, só mais recentemente encontramos estudos desenvolvidos no campo da ocupação do espaço, principalmente para o período cristão,² contando também com os contributos da geografia³ e da arqueologia, o que permitiu um aprofundamento do conhecimento do espaço, sobretudo para o período muçulmano, em contexto urbano, particularmente focados nas cidades de Lisboa⁴ e de Loures.⁵ Relativamente ao mundo rural, são ainda escassos os estudos sistemáticos ou o levantamento de sítios arqueológicos. Paralelamente, têm sido desenvolvidos estudos focados no poder senhorial (nomeadamente, o religioso) que, após a expugnação da cidade de Lisboa, se tornaram nos principais agentes da administração económica do território.⁶ No entanto,

² Sobre este assunto ver entre outros, Pedro de Azevedo, “Os Reguengos da Estremadura na primeira dinastia,” *Revista da Universidade de Coimbra, Miscelânea de Estudos em Homenagem a D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos* 11 (1993): 577-634; Pedro Gomes Barbosa, *Lisboa, o Tejo, a terra e o mar e outros estudos* (Lisboa: Colibri, 1995); Maria João Branco, “A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço político, físico e simbólico,” in *2.º Congresso histórico de Guimarães. II, A política portuguesa e as suas relações exteriores* (Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996), 119-137; Stéphane Boisselier, “A sociedade rural da região lisboeta nas transacções do Mosteiro de São Vicente de Fora (1147-1205),” in *Lisboa Medieval. Os Rostos da Cidade*, coord. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Inglês Fontes, 93-111 (Lisboa, Livros Horizonte, 2007); André Oliveira Leitão, *O Povoamento no Baixo vale do Tejo: entre a Territorialização e a militarização (meados do século IX – início do XIV)*, tese de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011; José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, *Organização do Espaço e Gestão de Riquezas. Loures nos Séculos XIV e XV*, prefácio Iria Gonçalves (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999); Gérard Pradalié, *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII* (Lisboa: Palas, 1975); Carlos Guardado da Silva, *Lisboa medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano* (Lisboa: Colibri, 2007).

³ Cfr. Jorge Gaspar, “Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território,” in *Lisboa Subterrânea* (Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994).

⁴ Vide Clementino Amaro, “Arqueologia Urbana de Lisboa: sua evolução,” *Al-Madan* 1, II série, (1992):19-22; Jacinta Bugalhão, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção,” in *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 *Homenagem a José Luís de Matos* (Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009), 377-395; Idem e Gomez Martínez, “Lisboa uma cidade do Mediterrâneo islâmico,” in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro, sécs. VIII-XIII: actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto 4 e 5 de Abril de 2003*, coordenação de Mário Jorge Barroca, Isabel Cristina Fernandes (Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005), 237-262; Cláudio Torres, “Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território,” *Lisboa Subterrânea* (Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999): 80-85.

⁵ Relativamente ao espaço do actual concelho de Loures, vide Pedro Gomes Barbosa e António Balcão Balcão, “Frielas Medieval,” in *O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património. Exposição de Arqueologia. 15 de Junho a 21 de Novembro de 1999 [Catálogo da Exposição]* (Loures: Câmara Municipal de Loures/Museu Municipal de Loures, 1999), 21-35.

⁶ Para a organização económica do espaço urbano, vide Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média: Património e Gestão* (Cascais: Patrimonia, 1996); Margarida Isabel Pinto, *O Mosteiro de Odivelas no século XIV: património e gestão* (dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2000); Carlos Guardado da Silva, *S. Vicente de Fora no período da*

e apesar de importantes para compreender a exploração económica do termo de Lisboa, estes estudos fornecem-nos apenas visões sobre determinados espaços e cronologias, ignorando, desse modo, uma visão mais ampla do espaço que esta investigação ocupa geográfica e cronologicamente. Existem, ainda, alguns estudos centrados na toponímia e microtoponímia de origem sobretudo árabe, através dos quais se tem procurado antever núcleos de povoamento datáveis do período muçulmano nos territórios de Lisboa e Loures.

Todavia, e apesar de essencial, a historiografia produzida fornece-nos apenas uma visão parcelar do território do termo de Lisboa nas cronologias em apreço. Em suma, os estudos até ao momento desenvolvidos permitem verificar que as referências explícitas à geografia que escolhemos (*grosso modo*, a Estremadura Austral) são escassas, não só para o período muçulmano, como também para o período cristão. Assim, e perante o conjunto de estudos monográficos existentes, importa proceder a uma releitura das fontes e à uma reinterpretação dos dados, que nos permita uma nova abordagem do espaço em questão, através de um novo questionário comum às fontes analisadas, e centrado tanto na problemática do povoamento como na sua evolução ao longo do período em apreço.

Procurar-se-á, portanto, antever os modelos de povoamento e territorialização durante a época de ocupação muçulmana no território a partir, sobretudo, das fontes cristãs (uma vez que as fontes muçulmanas são relativamente omissas em relação ao mundo rural, que é, em larga medida, aquele de que se ocupa esta investigação); perceber os modelos de ocupação e organização do território durante o período subsequente à conquista de Lisboa; perceber a evolução do povoamento e da organização do território ao longo do século XIII até ao final do reinado dionisino; elaborar uma cartografia com base nos dados recolhidos nas fontes coevas, quer muçulmanas quer cristãs, que nos permita visualizar a evolução da ocupação do espaço em estudo; identificar os sistemas de povoamento, muçulmanos ou cristãos, a saber, no primeiro caso, a *qura* ou *al-day'a*, no segundo caso, a vila, a paróquia, o casal ou a herdade.

No que concerne às fontes analisar-se-á documentação cristã coeva patente na Torre do Tombo, mormente nas colecções das Chancelarias Régias, Corporações Religiosas (São Vicente de Fora, São Félix de Chelas, Santos-o-Novo, São Bernardo de Odivelas, Santa Maria de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra), Igrejas Colegiadas (Santa Cruz do Castelo, São Julião de Frielas), Ordens Militares (Avis, Templo, Santiago e Hospital), bem como nos núcleos da Colecção Especial, Corpo Cronológico, Gavetas da Torre do Tombo, as chancelarias, a «inquirição» de 1220 e o «rol das igrejas» de 1321, bem como as fontes muçulmanas, sobretudo as de carácter cronístico, mas também *kutub* como os dicionários geográficos e biográficos. As mais antigas descrições árabes referentes ao Gharb al-Andalus e, em particular, ao termo de Lisboa datam do século VIII, designadamente as obras de Ibn Istarik, Ibn Hawqal⁷ ou Al-Razi,⁸ redigidas durante o reinado de Abd al-Rahman III. De salientar, ainda, geógrafos como Al-Udri,⁹ Al-Bakri,¹⁰ Al-Idrisi,¹¹ Ibn Galib,¹² Ibn Sa'id al-Magribi,¹³ o Anónimo da obra *Dikr Bilad al-*

sua formação (séculos XII-XIII) (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1997).

⁷ Autor de duas importantes obras: *Configuración del mundo*, trad. e índices Maria José Romani Suay (Valência: Anubar Ediciones, 1971); *Opus geographicum*, ed. J. H. Kramers (Leyde: Brill, 1939).

⁸ Cfr. Diego Catalan e Maria Soledad de Andres, *Fuentes Cronísticas de España: Crónica de moro Rasis* (Madrid, Ed. Gredos, 1975).

⁹ Luis Molina, "Las dos versiones de la *Geografía* de Al-Udri," *Al-Qanṭara* III (1982): 249-297.

¹⁰ Redigiu a *Geografía de España* (Zaragoza: Anubar Ediciones, 1982).

¹¹ *Geografía de España*, ed. de Antonio Ubieto Arteta (Valência: Anubar Ediciones, 1974).

¹² Joaquín Vallé Bermejo, "Una descripción d España de Ibn Galib," *Anuário de Filologia* (1975): 369-389.

¹³ *La Conquista de Al-Andalus [Fath al-Andalus]*, trad. de Mayte Penelas (Madrid: CSIC/Instituto de Cooperación com el Mundo Árabe, 2002).

Andalus¹⁴ e Al-Maqqari,¹⁵ Yaqut,¹⁶ Al-Qazwini,¹⁷ Abu-l-Fida¹⁸ e Al-Qalqasandi.¹⁹ Os *kutub* fornecem-nos informações diversas como a organização territorial e administrativa, as relações de dependências entre as várias estruturas organizativas, os núcleos populacionais, as origens dos grupos étnicos, a economia, o sistema militar e as redes de comunicação, que vigoravam no período muçulmano. Todavia, e apesar da importância das fontes geográficas, os modelos de povoamento que se desenvolveram no termo da *Usbuna* muçulmana não podem ser conhecidos na sua totalidade sem o contributo da cronística, dado que as crónicas árabes deixaram testemunhos que indiciam a existência de grupos populacionais no território antes da «Reconquista» cristã. A produção historiográfica muçulmana que mais nos importa foi produzida no século X por Ibn Hayyan²⁰ e nos séculos XII, XIII e inícios do XIV, por cronistas como Ibn Sahib Al-Sala (século XII),²¹ Ibn Al-Athir (séc. XII-XIII),²² Al-Marrakushi (século XII-XIII),²³ Ibn Idhari (século XIII-XIV),²⁴ Al-Himyari²⁵ e Ibn Abi Zar,²⁶ assim como a crónica anónima Al-Hulal al Mawsiyya²⁷ datada do século XIV. Importa também considerar os dados arqueológicos disponíveis, que contribuirão para um melhor conhecimento do território em torno de Lisboa. Além disso, parece-nos pertinente o estudo da toponímia e da micro-toponímia deste espaço, atestada nas fontes coevas, a fim de se evitarem anacronismos de cariz histórico e/ou linguístico, e com o intuito de, a partir desses dados, inferir possíveis núcleos de povoamento. Sistematizados os dados recolhidos nas fontes, manuscritas e impressas, recorreremos ao uso da cartografia com o intuito de compreender a evolução das estruturas de povoamento no espaço definido, entre o período muçulmano e o primeiro quartel do século XIV. A partir desta cartografia, procuraremos perceber como se estruturava a exploração económica do espaço (almuinhas, moinhos, lagares, entre outros), a tipologia das culturas empregues na região (vinha, oliveira, etc.), bem como a evolução do sistema de povoamento, através da construção de uma cartografia regressiva, pela qual tentaremos perceber se o povoamento cristão do período imediato à «Reconquista» apresenta uma continuidade ou, pelo contrário, estabelece uma ruptura acentuada face à dinâmica de ocupação do espaço durante o período muçulmano.

¹⁴ *Una Descripción Anónima de Al-Andalus [Dīkr Bilad al-Andalus]*, ed. Luis Molina (tomo I – Edición; tomo II – Traducción y estudio; Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel Asín, 1983).

¹⁵ *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain, extracted from the Nafhu-t-Tīb min Ghosni-l-Andalusi-r-Rattīb wa Tārīkh Lisānu-d-Dīn ibni-l-Khattīb*, trad. Pascual de Gayangos, intr. Michael Brett (Londres, Nova Iorque: Routledge/Curzon, 2002).

¹⁶ Gamal Abd al-Karim, “La España Musulmana en la Obra de Yaqut (siglos XII-XIII). Repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de al-Andalus, extraído del *Mu’yam al-buldan*,” *Cuadernos de Historia del Islam* 6 (1974):13-315.

¹⁷ F. Roldán Castro, *El Occidente de al-Andalus en el Atar al-bilad de Al-Qazwini* (Sevilha: Ediciones Alfar, 1990).

¹⁸ *Géographie d’Aboulféda*, trad. M. Reinaud (Paris: L’Imprimerie Nationale, 1868).

¹⁹ Al-Qalqashandi, *Subḥ al-A’sha fi Kitabat al-Insha*, trad. Luis Seco de Lucena e índices por María Milagros Carcel Ortí (Valência: Anubar Ediciones, 1975).

²⁰ *Al-Muqatis min anba ahl al-Andalus*, ed. Mahmud Ali Makki (Cairo: 1390/1971); Ibn Hayyan, *Crónica de los Emires Alhakam y ‘Abdarrahman II entre los Años 796 y 847 [Al-muqtabis II-1]*, trad., notas e índices de Mahmud ‘Ali Makki e Federico Corriente (Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001).

²¹ Ibn Sahib Al-Sala, *Al-Mann bil-Imama*, est. preliminar, trad. e índices por A. Huici Miranda (Valência: Anubar Ediciones, 1967).

²² Ibn Al-Athir, *Annales du Magreb et de l’Espagne* (s.l., Elibron Classics, 2006).

²³ Al-Wahid Al-Marrakushi, *Kitab al-Mu’yb fi Taljis Ajbar al-Magrib*, trad. Ambrosio Huici Miranda (Tetuán: Editora Marroquí, 1955).

²⁴ Ibn Idhari al-Marrakushi, *Al-Bayan al-Mugrib fi ijtisar ajbar Muluk al-Andalus wa al-Magrib (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magrib)*, tomo I – *Los Almohades*, trad. Ambrosio Huici Miranda (Tetuán: Editora Marroquí, 1953-1954).

²⁵ *La Péninsule Ibérique au Moyen-Âge d’après le Kitab ar-Rawd al-Mi’tar fi Habar al-Aktar d’[...]* (Leiden: Brill, 1938).

²⁶ Ibn Abi Zar’, *Rawd al-Qirtas*, trad. e anot. de Ambrosio Huici Miranda (Valência: Anubar, 1964).

²⁷ *Al-Hulal al-Mawsiyya*, trad. Huici Miranda (Tetuán: Editora Marroquí, 1951).

Em suma, e perante o conhecimento dos modelos, das dinâmicas e da evolução do povoamento e organização do território ocorridos no vasto espaço que se circunscrevia ao termo de Lisboa, procurar-se-á conhecer quais os modelos de transição ocorridos (se é que efectivamente os houve) entre as mudanças de poderes políticos na região.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.